

Além dos mortos da Cruz do Patrão - simbolismo e tradição no uso do espaço no Recife.*

Ana Catarina Torres Ramos*

Resumo

A pesquisa arqueológica do monumento denominado Cruz do Patrão, existente no porto do Recife decorreu da solicitação da Comunidade Negra do Recife, junto à Prefeitura, para que realizasse o resgate histórico desse monumento, importante símbolo de sua cultura. A pesquisa desenvolvida versou sobre a sua história e a dimensão simbólica frente às tradições culturais que vigoram ainda hoje na cidade e que o definem como um antigo cemitério de escravos. Essa tradição que dá base à história dos negros, repassada de pais para filhos por gerações, caracterizou o monumento como local de espancamento e sepultamento de negros. As pesquisas arqueológicas mostraram que se tratava, não de cemitério, mas de local de realização de práticas afro-religiosas, onde “trabalhos” foram realizados e deixaram evidências, confirmando sua importância histórica. Buscando as origens da tradição oral que a define como cemitério de negros, identificamos uma antiga cruz como provável fonte. A leitura da Cruz do Patrão como cemitério de escravos, pode vir dos sepultamentos realizados no entorno da cruz anteriormente erguida. O entorno da antiga cruz é definido como cemitério pela iconografia, e quando de sua retirada e posterior soerguimento da Cruz do Patrão em outro local, pode ter havido a transferência simbólica de seu uso como cemitério, incorporando-o à nova cruz. Pesquisas em andamento buscam identificar esse cemitério, visando incorporá-lo à simbologia do Universo das comunidades de negros da nossa cidade.

Palavras-chave: Tradição oral, simbologia, evidências arqueológicas.

Beyond the dead of Cruz do Patrão – symbolism and tradition in the use of the space in Recife.

Abstract

The archaeological research on the monument called Cruz do Patrão located in Recife's harbour was a result of the request made to the City Hall by the Black Community of Recife. The research carried out dealt with its history and symbolic dimension compared to the cultural traditions that are still alive in the city and that define Cruz do Patrão as an ancient slave's cemetery. This tradition – grounds to the history of the black, passed on from one generation to another – has characterized the monument as a place of beating and burying of slaves. The archaeological researches revealed that it was not a cemetery but a place for african-religious practices, where “work” was done and evidences left behind, confirming its

* Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

* Professora da Universidade federal de Pernambuco / Pós-graduação em Arqueologia.

historical importance. Looking for the origins of the oral tradition that defines it as a cemetery, we identified an old cross as a probable source. The understanding of Cruz do Patrão as a slaves' cemetery may come from the burials done in the surroundings of the ancient cross. The surroundings of the old cross is defined as a cemetery by the iconography and when it was removed and later placed in a different location there might have been a symbolic transference of its usage as a cemetery to the new cross. Undergoing researches are trying to identify this cemetery aiming at making it part of the symbolic universe of the Black Communities in our city.

Key words

Oral tradition; symbology; archaeological evidences.

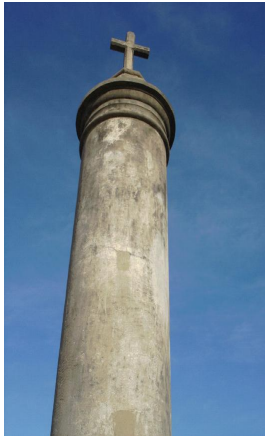


Ilustração 1 – A Cruz do Patrão

A Cruz do Patrão é um monumento existente no Porto do Recife, que remonta a meados do século XVIII. A pesquisa arqueológica sobre ele realizada partiu da solicitação da Comunidade Negra do Recife junto à Prefeitura, visando o seu resgate histórico. De um século atrás até hoje vigoram na cidade do Recife, tradições culturais que definem esse monumento como um antigo cemitério de escravos. Essa tradição que dá base à história dos negros, repassada de pais para filhos por gerações, caracterizou o monumento como local de espancamento e sepultamento de negros. Sabemos que os cemitérios guardaram, sobretudo em alguns períodos históricos, a atemorizante presença do sobrenatural, dos espíritos, fantasmas e corpos em decomposição. As lendas e histórias em torno destes lugares, os cheiros, os ruídos eram um campo fértil para a origem dos grunhidos, choros, pancadas e ranger de dentes. Nos limites tênues que separavam a alma do corpo, os mortos dos vivos, o natural do sobrenatural, os lugares dos mortos adquiriam uma vivacidade atemorizante e concreta. Desta forma, a Cruz do Patrão tornou-se conhecida como um dos lugares mais assombrados do Recife, temido e evitado por todos.

A pesquisa historiográfica indicou que a Cruz do Patrão foi mandada construir pelo Patrão-Mor do Porto do Recife para servir de marco aos navios que ali atracavam. Localiza-se no antigo istmo que ligava a cidade de Olinda ao Recife – o istmo de Olinda.

Existem dúvidas sobre o ano de sua construção. Francisco Pereira da Costa na obra *Anais Pernambucanos*, no volume 7, ao relatar os acontecimentos do ano de 1815, diz: “Neste

ano, talvez, foi construído um modesto monumento vulgarmente conhecido por Cruz do Patrão, constante de uma coluna encimada por uma cruz latina, que se levanta à margem esquerda do rio Beberibe sobre o istmo de Olinda – gigantesco braço de união posto pela natureza entre o Recife e a velha capital de Pernambuco, e – quase equidistante dos fortes do Brum, ao sul, e o do Buraco, ao norte”.

A sua construção, no entanto, parece ser bem anterior a esta data. Na Planta elaborada pelo Pe. José Caetano em 1759, ela já aparece e mostra a forma descrita por Pereira da Costa. No canto inferior direito da planta pode ser visto parte do forte do Buraco, do qual atualmente só temos ruínas, e na parte esquerda superior do istmo o, ainda hoje existente, forte do Brum.

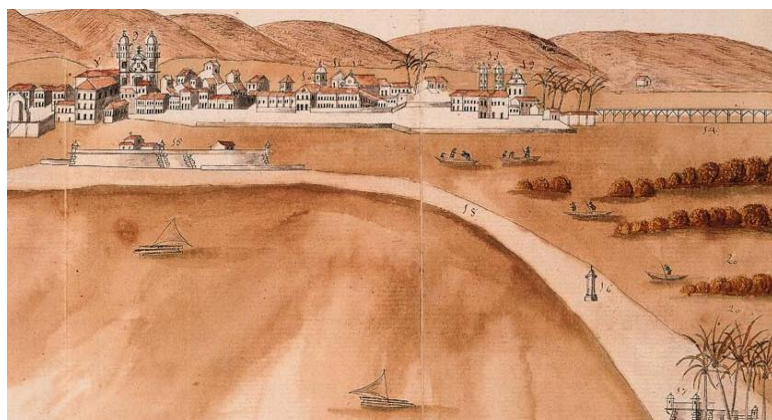


Ilustração 02 - “Planta e plano da villa de Santo Antonio do Recife Pernambuco”. Do original, Padre Jose Caetano, 1759. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (Nestor Goulart. Vilas e Cidades do Brasil Colonial).

Hoje, a Cruz do Patrão está localizada dentro da área do Porto do Recife em um terreno murado que possui uma área de 6.849,74 m². O terreno onde se localiza a Cruz do Patrão, a oeste limita-se com o rio Beberibe, no entanto, a leste limita-se hoje, não mais com o mar, como era quando foi erguida a cruz, mas com a Rua Afrânio Peixoto que acessa o porto oficial.

Os documentos históricos indicam que originalmente a cruz encontrava-se no centro do istmo. Hoje a área está bastante modificada pelos aterros na parte leste da cruz. Porém a oeste o referido monumento encontra-se a apenas vinte e quatro metros da margem do rio Beberibe. Sabe-se que essa margem variou ao longo dos séculos - chegou até à base da cruz no século XIX¹. Convém ressaltar que, em alguns mapas que mostram o antigo istmo, estão representados grandes bancos de areia que ampliavam a sua largura. De acordo com fontes históricas e mapas antigos, pode-se dizer que o istmo apresentava, ao menos em alguns

¹

Conforme mostra a planta topo-hidrográfica realizada pelo tenente Eliziário em 1848.

momentos, em torno de 80 metros de largura².

As escavações arqueológicas da Cruz do Patrão foram iniciadas em março de 2005 e tiveram uma duração de cinco meses³. Foram delimitadas três trincheiras, denominadas A, B e C, cortando o terreno em toda sua extensão, sendo a A e C de leste a oeste e a B de norte a sul.



Ilustração 03 – Escavações arqueológicas na Cruz do Patrão.

Nas áreas escavadas havia camadas estratigrafias com dois metros de profundidade em média, corresponde a um grande aterro que, segundo fontes históricas, a área sofreu na década de 80, com material vindo das barreiras existentes em áreas vizinhas à cidade do Recife.

As escavações nas áreas que sofreram o aterro foram realizadas até cinco metros de profundidade, atingindo desta forma, plenamente o solo colonial. Os poucos vestígios arqueológicos encontrados não nos deram base para realizar nenhuma afirmação sobre o provável uso do local no passado. Havia porém, uma área em torno do monumento,

² Em novembro de 1999 pesquisadores da UFPE encontraram a localização da antiga margem esquerda do Rio Beberibe, no interior do prédio onde funcionou a sinagoga dos judeus, de 1636 a 1654. Os arqueólogos descobriram o terreno do istmo, a inclinação de sua margem esquerda e a camada de aterro que propiciou o crescimento do Recife Antigo.

³ As escavações foram financiadas pela Prefeitura do Recife/URB e pela UFPE.

delimitada por um gradil de ferro, que não sofreu o mesmo processo de aterro com material vindo das barreiras como foi visto no restante do terreno. As escavações nesta área mostraram a existência de um muro erguido a dois metros da base da cruz, cercando-o em seus quatro lados, com uma espessura de sessenta centímetros e dois metros de altura.



Ilustração 04 – detalhe dos muros de contenção, à direita a base da cruz.

Nessa área da base da cruz protegida pelo muro, construído após 1848⁴, foram encontrados inúmeros vestígios arqueológicos, como pequenos ossos humanos, ossos de animais, ferros, vidros, louças, cerâmicas, fragmentos de cachimbos. O sedimento que preenchia a área interna dos muros, proveniente do aterro realizado após a construção dos muros de contenção, trouxe consigo os vestígios encontrados nas camadas escavadas.

Dentro deste contexto encontramos vestígios de rituais que foram analisados e interpretados. Segundo análise realizada pela Associação dos Babalorixás e Yalorixás dos Cultos Afro-brasileiros do Estado de Pernambuco, “os vidros, as cerâmicas e as ferragens encontradas assemelham-se aos materiais utilizados nos assentamentos dos Orixás nos terreiros”, onde realizam seus trabalhos direcionados às suas entidades religiosas.⁵

⁴ Existe uma planta Topo-hidrográfica daquela área, datada de 1848, que mostra a cruz beirando o rio Beberibe, com riscos de desabar. Documentos mostraram que naquele ano, o tenente Eliziário, responsável pelo porto solicitou às autoridades competentes que procurassem protegê-la.

⁵ Conforme informações presentes no relatório parcial que foi entregue pela comunidade negra aos pesquisadores da UFPE.



Ilustração 5- Estrutura ritual utilizando o ferro (associado ao Orixá Ogum).

Os ossos de animais foram identificados como integrantes dos rituais de oferendas. As estruturas em ferro, segundo o babalorixá Manoel Papai, “nos leva a representação do Orixá Ogum, não só pelas suas características de desenho mais também por se tratar do elemento característico do Orixá Ogum.... Onde está o ferro está Ogum”⁶.

As pesquisas arqueológicas realizadas na Cruz do Patrão mostraram que se tratava, não de cemitério, mas de local de realização de práticas afro-religiosas, onde “trabalhos” foram realizados e deixaram evidências, confirmando sua importância histórica, no entanto, a tradição oral que definiu por mais de um século aquele local como um cemitério de negros não pode ser ignorada. A pesquisa historiográfica não nos indicou esse tipo de uso. Os relatos diziam sobre os espancamentos e assassinatos que ali aconteciam, por ser um local fora dos limites do espaço urbano, ermo, e denso de vegetação.

A inglesa Maria Graham, que no século XIX publicou os relatos de sua viagem ao Brasil - *Diário de uma viagem ao Brasil* - descreve um acena que ela considerou uma das mais horríveis que já havia visto. Ela faz o relato de uma cena que presenciou no istmo de Olinda na sua passagem por aquele local, quando da sua volta de Olinda para o Recife, após participar de alguns festejos naquela cidade.

“O sol já ia baixo muito antes de termos alcançado sequer o primeiro dos dois fortes (Buraco e Brum, respectivamente) em nosso caminho de volta para a cidade. Os cães já haviam começado uma tarefa abominável. Eu vi um que arrastava o braço de um negro de sob algumas polegadas de areia, que o senhor havia feito atirar sobre os seus restos. É nesta praia que a medida dos insultos dispensados aos pobres negros atinge o máximo. Quando um negro morre, seus

⁶ Idem.

companheiros colocam-no numa tábua, carregam-no para a praia onde abaixo do nível da preamar eles espalham um pouco de areia sobre ele. Mas a um negro novo até este sinal de humanidade se nega. É amarrado a um pau, carregado à noite e atirado à praia, de onde talvez a maré o possa levar”.

A arqueologia como ciência social tem como um dos seus objetivos trazer conhecimento para compreender o comportamento do homem no passado. Para tal, apoia-se em elementos que lhe permitam aproximar-se da realidade o máximo possível, compartilhando e enriquecendo o objeto de estudo final, conjuntamente com o aporte de outras disciplinas. Fica claro que ali eram jogados corpos de negros que, tratados como “peças”, eram simplesmente abandonados em qualquer local ermo quando falecidos.

No período colonial não havia cemitérios no Brasil. As pessoas geralmente eram sepultadas sob o piso ou nas paredes das igrejas e dos conventos. Dentro de uma mentalidade marcada pelo pensamento medieval, ser enterrado em uma igreja era ficar perto de Deus, o que aumentava a possibilidade de uma vida feliz no além. As Igrejas enterravam os corpos de seus fiéis desde que tivessem sido pessoas de certa posição social, e que os seus pudessem arcar com as despesas do sepultamento. Assim, quanto mais alta a posição social do defunto, maior sua proximidade com o templo, quando não do próprio altar.

Só a partir de 1828, por razões de saúde pública, começaram a surgir leis que determinavam a criação de cemitérios municipais, que começaram a ser usados em 1850. Mesmo assim, ao longo do processo de sua separação física, os equipamentos citados continuam a manter determinadas relações espaciais entre si, que são plenas de significados.

Assim, era comum na colônia que igreja e cemitério se localizassem no mesmo sítio. Em muitas situações o cemitério ocupava uma área maior que a da própria igreja, estendido pelo chamado adro ou largo que ficava adjacente ao templo. Esse local exterior possuía o mesmo status sagrado do interior, ainda que fosse menos destacado. São muitos os exemplos de enterros nos adros das igrejas, levando a palavra a ser sinônimo de cemitério.

A paisagem urbana expressa os embates básicos das sociedades e revela a segregação existente, decorrente da maneira como suas áreas são apropriadas. A compreensão desse espaço só é possível a partir da compreensão de uma lógica fundamentada no desenvolvimento das relações sociais dentro da sociedade. A segregação dos não católicos que

existia no mundo dos vivos se estendia também ao mundo dos mortos. O processo de reprodução espacial produzido nas sociedades hierarquizadas em classes sociais, deixou registrado em suas paisagens as relações existentes.

Os estudos realizados sobre o espaço colonial da cidade do Recife mostraram um progressivo aumento da ocupação – iniciada na parte mais larga da ilha, ao sul – que cresce em direção ao norte, e do aumento de sua superfície, através de aterros que iniciaram com a chegada dos holandeses em 1630. As diversas prospecções realizadas nessa área inicial da ocupação urbana colonial – através de aberturas para realização de serviços como instalação da rede de fibras óticas, tubulações e caixas de registro da Compesa⁷, vêm confirmando o antigo traçado da cidade.

De uma maneira geral puderam ser identificadas as marcas do crescimento do espaço urbano, e estabelecida uma cronologia preliminar entre eles. A quantidade de testemunhos materiais que mostram o passado colonial do Bairro do Recife é grande e diversificada. A sua ocupação partiu do assentamento inicial de pescadores e nasceu como um porto de Olinda. Quando da chegada de Duarte Coelho, que edificou a sede da Capitania em Olinda, havia a necessidade de um bom porto de mar. A cidade de Olinda não apresentava condições de estabelecer um porto, pois tinha sua costa exposta a ventos dominantes e eventuais tempestades que não permitiam o acesso das embarcações. No Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza, em 1530 aparece a referência a um bom porto junto aos arrecifes. Recife deve seu nome a esse acidente geográfico, que é um cordão de arenito calcário e coral, que se apresenta paralelo ao litoral.

O porto de Olinda situava-se na península, que partia de Olinda em direção ao sul, um areal extenso e árido, banhado pelos rios e pelo mar. Foi exatamente lá que se formou a povoação chamada dos arrecifes, que se desenvolveu em torno da igreja erguida em homenagem a São Frei Pedro Gonçalves, protetor dos homens que viviam no mar.

Nesse período, como era de praxe, cemitério e igreja estava num mesmo lugar. A relação simbólica e espacial entre o cemitério e a igreja só desaparece quando a sua localização e construção passa a ser de competência exclusiva do poder público sem nenhuma interferência de igrejas, em finais do século XIX. Antes era forte essa relação espacial assim, o cemitério não podia se localizar em qualquer lugar. Na maioria das cidades os Arcebispos forneciam várias orientações sobre a edificação e a localização das igrejas, e

⁷

Companhia de águas e saneamento da cidade do Recife.

consequentemente seus cemitérios.⁸ Quando se estabeleceu a necessidade de retirar os cemitérios de dentro das cidades, as preocupações que passaram a determinar a localização da morada dos mortos eram agora de natureza principalmente ambiental, científica, mais do que religiosa. No século XVII, os grandes contingentes de africanos vindos para o Brasil e sua consequente cristianização, levaram a questão dos seus sepultamentos para o seio da Igreja colonial, que batizavam e convertiam a fé católica um número sempre crescente de escravos. Mas muitas vezes, como escravos, eram sepultados em covas rasas ou abandonados como animais para apodrecer na margem dos caminhos, no ermo das praias, levando as trágicas conseqüências de epidemias que influíram de forma decisiva nesse descaso, dando relevo à questão dos sepultamentos

A Tradição oral que existe sobre a Cruz do Patrão não foi confirmada pelas escavações arqueológicas, talvez fruto de mal entendidos ou interpretações não esclarecidas na época. A pesquisa arqueológica ajuda a entender a não confirmação da tradição. Atualmente a Cruz do Patrão encontra-se em um terreno dentro da área do porto do Recife. Como foi dito, no passado esta área correspondia ao istmo existente entre a cidade do Recife e a de Olinda. Pela documentação colonial a cruz existe desde, pelo menos, a segunda metade do século XVIII e estava localizada no centro do istmo entre o mar e o rio Beberibe, equidistante dos fortes do Brum e do Buraco. A dificuldade em estabelecer um cemitério no istmo, estreito e alagado, reforça o porque da ausência de sepulturas. De acordo com informações dadas por Barleus, no século XVII, sobre a profundidade do Porto do Recife, havia uma oscilação de 2,59m entre a preamar e a baixamar, o que provocava o alagamento total daquela área na subida da maré. A cartografia do istmo mostra os vários aterros realizados ao longo do anos naquela área, e que vão delineando o espaço como hoje o conhecemos.

Acreditamos que a idéia de cemitério pode ter uma origem externa àquele local, podendo ter havido uma transferência da idéia, proveniente de um outro local que realmente abrigou um cemitério. Um antigo cemitério que foi lembrado por várias gerações e que tivesse dado início à tradição da existência de um cemitério fora dos muros do povoado. A existência de um provável cemitério de não-católicos, ou de negros sepultados clandestinamente, tornou-se o símbolo da sobrevivência da resistência à escravidão. O seu resgate dá-se através da percepção dos ritos religiosos realizados em prol dos que ali morreram, sem que tivesse havido os rituais funerários necessários. Buscando encontrar essa

⁸ Mesmo com a localização do cemitério fora dos limites da igreja, o clero definia que se devia localizar o cemitério sobre uma linha reta imaginária que acompanhava o eixo longitudinal da igreja.

origem identificamos uma antiga cruz representada tanto na cartografia portuguesa como na holandesa, que nos leva a pensá-la como a fonte dessa idéia que define a Cruz do Patrão como cemitério.

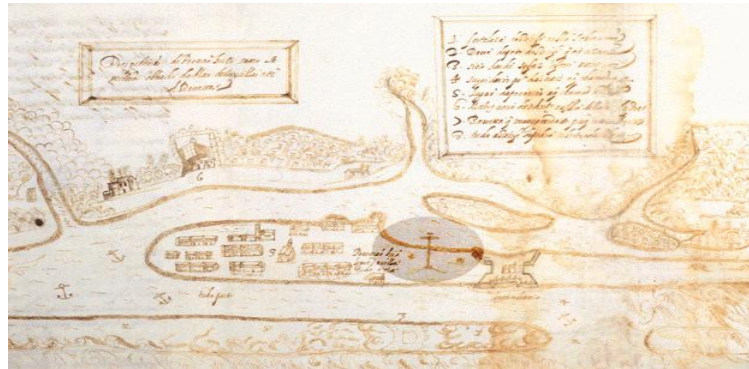


Ilustração 06 – mapa português, datado em 1609 mostrando a povoação dos Arrecifes no extremo sul do istmo de Olinda. Na área em destaque pode ser vista uma grande cruz, entre o povoado e o antigo forte de São Jorge.



Ilustração 07 – mapa português, datado em 1630 mostrando a povoação dos Arrecifes no extremo sul do istmo de Olinda. Na área em destaque pode ser vista uma grande cruz, fora das cercas de proteção do povoado.



Ilustração 08 – mapa holandês, datado de 1630, mostrando a Povoação dos Arrecifes no extremo sul do istmo de Olinda. Na área de destaque pode ser vista a mesma cruz, fora dos limites da paliçada de proteção.

O mapa holandês indica em sua legenda a área da cruz denominada de Karkoff que significa cemitério. Essa antiga cruz localizava-se em outra parte do istmo, próxima do aglomerado urbano inicial do povoado dos Arrecifes, fora de sua área defendida pela paliçada. Sabemos que cada época produz um determinado tipo de espaço, distinto das épocas que lhe antecederam. A produção do espaço das cidades é um reflexo das relações sociais e valores ambientais existentes no cerne da sociedade, nos diversos momentos do processo de desenvolvimento. Nesse período, igreja e cemitério estavam no mesmo local e a grande cruz erguida fora dos muros do povoado provavelmente abrigou os corpos dos não católicos que viviam naquela parte do istmo.

Estar fora dos muros de proteção da cidade revela certo descaso por aquele equipamento, pois a prática era a realização de sepultamentos *intra muros*. A cruz erguida no lugar denominado cemitério denota a especificidade do local levando-nos a crer que se trata de local de sepultamentos, não de negros especificamente, mas de todos os não-católicos que viveram naquele período. Naquele período a Igreja ditava as medidas que deveriam ser tomadas diante da morte de qualquer indivíduo, fosse ele escravizado, senhor, ou de qualquer outra condição social. Definia a quem não seria permitido o sepultamento em solo católico. Faziam parte deste grupo, pagãos (isto é, não vinculados à tradição cristã), suicidas, hereges (desviantes do dogma católico), dentre outros.

Com a chegada dos holandeses a cruz deixa de aparecer nos registros cartográficos e uma muralha em pedra é erguida no local da antiga paliçada portuguesa, ultrapassando seus limites ao norte, ficando o espaço incorporado à área *intra- muros*⁹. Nova pesquisa em andamento tem como objetivo encontrar os vestígios desse antigo cemitério, buscando confirmá-lo com local de sepultamentos e como a provável fonte da tradição oral que definiu a Cruz do Patrão como cemitério.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, José Maurício Saldanha - Na tumba dos ricos ou no esquife dos pobres : representar a ordem da vida e a da eternidade no Rio de Janeiro colonial , RJ. *Número 7 - 2007*, Nuevo Mundo Mundos Nuevos.

ARTHUR, Orlando. Porto e Cidade do Recife. Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1908.

⁹ Uma parte dessas antigas muralhas construída no século 17, foi encontrada por arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco em dezembro de 1999. O muro, com 88 centímetros de largura, está localizado sob as casas onde funcionou a primeira sinagoga das Américas (Kahal Zur Israel), na atual Rua do Bom Jesus. Em 2004 foi escavada pelos pesquisadores da Pós-graduação em Arqueologia da UFPE, a estrutura em pedra que corresponde a um dos baluartes da Porta da Terra na extremidade norte da muralha, estrutura esta que compõe hoje um museu a céu aberto.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, José Sérgio Regueira. O Porto do Recife (roteiro de uma viagem através de sua história). Revista do Arquivo Público, Recife, 1952-1956, Anos VII a X, números IX a XII.

FERREIRA, Lupércio Gonçalves de. O Recife de Ontem s/editora, Recife, 1996.

FREYRE, Gilberto. Assombrações do Recife Velho. 5ª ed. Editora e distribuidora de livros, Rio de Janeiro, 2000.

GONDIM, Umberto. Recife, porto do Nordeste, In: Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ano I, vol. I, Recife, jan /mar de 1950.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823. Ed. Nacional, São Paulo, 1956.

GUERRA, Flávio. História Antiga e Popular de um Velho Porto. Revista Quebra-Mar, Recife, dez / mar de 1977.

HIGINO, Sérgio. Notas para a história do Porto. In: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, jul / dez de 1942.

JORNAL DO COMMERCIO – RECIFE 30/12/1999
http://www2.uol.com.br/JC/_1999/3012/cd3012t.htm

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva - Assim na Terra como no Céu, Morte e Desigualdade Social no Rio de Janeiro do Século XIX. 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

PINTO, Estevão. O porto do Recife e sua evolução histórica, In: Álbum do Porto do Recife, 1933.

RABELLO, Evandro. Cruz do Patrão, testemunho de horrores, In: Boletim da Cidade e do porto do Recife, abr. / set de 1968.

REIS, João José. A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

SETTE, Mário. Arruar: história pitoresca do Recife antigo, Prefeitura da Cidade do Recife, 1947.

TAVARES, Áurea Conceição Pereira Vestígios Materiais nos Enterramentos na Antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista. Dissertação de Mestrado UFPE , Recife, 2006